

Globalização e Política

Michel Zaidan Filho

A primeira coisa a dizer sobre o tema é que essa palavra *globalização* é de origem anglo-saxã. Apresentada muitas vezes como uma tendência, um processo inevitável, onde a população só pensa em ajustar-se passivamente, não havendo muita base de manobra em relação a esse processo.

Entretanto, a globalização não é um destino, que as pessoas tem naturalmente de carregar. Os franceses, por exemplo, em vez de globalização, usam a palavra *mundialização*, exatamente para tentar retirar o peso da ideologia que esta expressão contém.

A mundialização, no âmbito da globalização é um processo resultante de uma série de transformações objetivas, que é preciso considerar como sendo parte da história contemporânea. Ao contrário do neoliberalismo que não se constitui propriamente em positividade empírica, mas se situa no campo das práticas discursivas, numa elaboração teórica, política, ideológica, cuja tendência é justificar ou racionalizar aspectos dessa propensão do mundo atual.

Essa é uma distinção didática que se faz entre *mundialização* e *globalização* que é bem diferente do *Neoliberalismo*. Contudo, é interessante destacar, porque às vezes identifica-se muito rapidamente um processo com o outro e dá a impressão que o neoliberalismo já é a própria globalização em ação.

Essa visão tende a legitimar determinados aspectos da globalização que não são absolutamente unânimes nem consensuais, são polêmicos.

A partir desta referência, podemos em primeiro lugar, dizer que a globalização implica em um processo de desterritorialização que provoca mudanças e subverte as noções tradicionais de espaço e tempo.

Passamos por um momento de reorganização do espaço político e social, de uma ordem econômica e política internacional que não mais se assenta em Estado-Nação, porém em unidades supra nacionais e sub nacionais, ou seja, a desterritorialização, sugere a formação desses grupos ou blocos de interesses econômicos e políticos, tais como: União Européia, Mercosul, NAFTA, o acordo dos Tigres Asiáticos, APEC e ALCA.

Portanto, essa nova ordem já é produto de uma mudança desse espaço geo-político (o Estado-Nação); não são mais as nações que constituem os pólos de organização desse universo. É uma mistura tanto política como territorial ou unidades sub nacionais.

Estamos numa época em que apesar de se falar muito em globalização o que temos é um movimento de fragmentação muito grande de unidades geo-políticas, abandonamos o plano do Estado Nacional na tentativa de superá-lo em unidades mais amplas ou reduzi-lo a unidades menores com os Estados e Municípios.

Temos, então algumas grandes cidades estratégicas que se sobressaem nesse cenário como elementos estruturadores dessa geopolítica da *mundialização*. Esse é um fato que devemos considerar tendo em vista que a vida municipal passa a ter um papel que até então não exercia.

Acostumamo-nos a ver as cidades como sendo o lugar do caos urbano, onde deságuam todas as desgraças do país, o êxodo, a violência, a pobreza, a exclusão, a prostituição, o tráfico e etc. Agora, elas passam a ser atores políticos por excelência, num quadro onde a nova ordem não se assenta mais no poder nacional, introduzindo

assim, uma geo-política formada por gestões municipais com função estratégica nesse novo tabuleiro. Não é sem razão que hoje, tem se falado muito do renascimento das cidades, as quais vem surgindo no bojo de uma crise dessas unidades maiores.

O segundo ponto, bastante importante, que vale a pena salientar sobre essa questão da mundialização, diz respeito a financeirização da riqueza. Assistimos, ao final deste século, a um modo de circulação de produção de riqueza que não tem mais haver diretamente com a produção de mercadoria.

A financeirização em alguns casos, ultrapassa de muito o Produto Interno Bruto – PIB de diferentes nações civilizadas e ricas, provocando conseqüências muito sérias para a autonomia e a soberania dos governos nacionais. De certa maneira compromete bastante o raio de ação e a margem de manobras desses governos, causando a desintermediação bancária. Os bancos deixam de ser hoje, os mediadores e os intermediários da circulação desse capital financeiro, perdendo com isso o controle desse fluxo.

Esse processo foi altamente potenciado por um certo dogma do pensamento único, como diz o sociólogo francês Alain Touraine: esse dogma é receituário das agências multilaterais no percurso de ajustamento de estabilidade econômica dos países, não só do Terceiro como do Primeiro Mundo, através do controle do déficit público, da dívida externa, das privatizações e sobretudo da desregulamentação do mercado financeiro, de grande repercussão na economia mundial.

Portanto, temos um tripé básico desse receituário do pensamento único ou regime globalitário, constituído pela desregulamentação, as privatizações e a abertura comercial.

A desregulamentação do mercado financeiro juntamente com a financeirização da riqueza e sobretudo com a revolução das

tecnologias de informação tem provocado um quadro extremamente problemático para a regulação dos Estados Nacionais. Não há como, efetivamente, governos, ministros e instituições, regularem esse fluxo financeiro que chega a casa de 1 trilhão de dólares, por dia.

Dessa forma, globaliza-se a riqueza, sobretudo a financeira, expõem-se as economias nacionais a um sério ataque especulativo de grande proporção, a cada uma das moedas, que hoje estão praticamente indexadas, ancoradas no dólar.

Essa ancoragem é de grande complexidade na medida em que se solidariza a economia interna com a economia externa, expondo-a ao mesmo tempo às crises mundiais.

Não há muito como evitar o dogma do pensamento único, ele inibe a capacidade dos gestores de tomar iniciativas que possam minimizar os efeitos dessas crises especulativas praticadas contra as moedas nacionais, com receio de afugentar os investimentos. Como esse modelo de desenvolvimento é bem aceito em si mesmo, atraindo capitais de curto e médio prazo para financiamento da economia, qualquer medida tendente a minimizar, monitorar, acompanhar as oscilações cambiais, pode realmente provocar um verdadeiro "estouro da boiada".

O mercado é muito sensível, basta um pequeno toque no comando de um computador pelo mundo afora, tem-se automaticamente a transferência de milhões e milhões de dólares de uma bolsa de valores para outra e não há controle. Costuma-se dizer que nem os bancos centrais estão aparelhados para fazer essa fiscalização do ponto de vista da tecnologia de informação.

Certamente, esse processo debilita a capacidade de fazer política monetária, cambial, emprego e renda ou mesmo política industrial nos Estados Nacionais, na verdade ocorre o que os países que têm se inserido de maneira passiva nessa nova ordem, estão

deixando de realizar políticas ativas no que diz respeito a esses itens, ou seja, o seu potencial para criar política é muito limitado.

Outro aspecto seria pensar essa integração na perspectiva de um projeto nacional, a partir do qual se negocie a vinda de investimentos, sabendo-se objetivamente onde investir, qual a contra parte (regiões pobres, ricas ou médias), tipo de vocação e assim por diante. Entretanto essa inserção vem se dando sem uma contrapartida dos poderes nacionais, sem projeto de desenvolvimento que leve em consideração a indústria, o trabalho e a população.

Estava lendo um artigo da Folha de São Paulo, que dizia estarmos voltando ao governo Dutra; por incrível que pareça depois de 40 anos, a inflação baixa, mas com um déficit na balança comercial bastante comprometido e com uma pauta de importação altamente desenvolvida. Quer dizer parece que já houve anteriormente a opção pela industrialização, agora estamos optando pela desindustrialização do país, naturalmente isso tem tudo haver com essa nova ordem baseada nesse tripé da desregulamentação do mercado financeiro, das privatizações e sobretudo da abertura comercial, feita quase sem nenhum critério, provocando a destruição da indústria.

Enfim, a idéia da mundialização se estabelece, inicialmente com a relativização dos Estados Nacionais, dos gestores, dos projetos de desenvolvimento nacional. A concepção de nação não como cultura, mas um Estado com organização político-administrativa.

Perdemos também uma das características fundamentais dos Estados Modernos, o seu caráter fordista, baseado na relação produção – consumo, onde as políticas públicas em geral, eram voltadas para um tipo de cidadão, que era ao mesmo tempo produtor e consumidor. Intervinha-se na produção através de estímulos,

encomendas, políticas industriais, aumentando a produtividade: maior consumo, maior produtividade, maior salário e assim por diante.

Portanto, o tipo de Estado que está sendo reconstruído a partir da globalização, não é mais o Estado Fordista, aquele que produz bens e serviços, mas um outro de natureza gerencial, preocupado apenas com o empresariamento da distribuição destes bens e serviços.

Existe, cada vez mais, uma tendência para que o Estado deixe de ser o provedor direto da oferta da produção de bens e restrinja-se ao papel de gerente, empresário, de um técnico que consiga efetivamente garantir que essa distribuição se faça com a melhor eficiência possível, sem, entretanto, entrar diretamente nesse processo. Esse modelo corresponde de fato ao ideal de propriedade e de cidadania que não tem mais nada a ver com o cidadão do Estado Fordista. Ele vai se dirigir para um tipo de cidadão voltado para o consumo, diferentemente daquele que é usuário, capaz de desfrutar, usufruir os serviços e bens públicos ou privados.

O Estado passa, então, a adotar um outro perfil em função dessa cidadania, que por sua vez também leva a um outro tipo de participação política na sociedade. Pouco a pouco os partidos, sindicatos, as associações sindicais, congresso, vão deixando de ser o lugar por excelência da disputa e de luta pelas demandas. Esse cidadão irá lutar nos conselhos de usuários, porque como consumidor, sua inquietação hoje é essencialmente com a qualidade do serviço público. Ele não está mais preocupado com o monopólio, a posse e nem com quem produz.

O mais interessante é que está havendo uma certa convergência de pensamento face a esse modelo. As organizações sociais aparecem agora como sendo realmente as agências

substitutivas, digamos assim, do Estado ou dos seus vários organismos através dos quais eram feitas as prestações dos serviços públicos, com características também muito especiais.

Dentro dessa nova ordem parece que o Estado benfeitor esgotou-se em consequência da crise fiscal e não tem efetivamente mais condição de implementar o que quer que seja, nem tão pouco como se auto-financiar, por isso, deixa de prestar serviços, passa a gerenciá-los, transferindo essa obrigação para terceiros, efetivamente através de várias modalidades, diversos contratos e diferentes parcerias.

Portanto, é um modelo muito mais flexível, voltado para o gerenciamento e para uma cidadania apenas de consumo. O problema é que essa cidadania ainda não é tão ampliada, tão inclusiva, mas ela é, sobretudo excludente.

Porém, os entusiastas desse processo, acreditam que a crise no Estado Nacional, principalmente, das políticas compensatórias, no que diz respeito às medidas tendentes de diminuir a desigualdade regional ou social, devem levar realmente a uma potenciação muito elevada dos núcleos ativos dinâmicos da economia mundial.

A potenciação desses núcleos dinâmicos deverá gerar a automaticamente a circulação e distribuição de mais bens e serviços, inclusive para aqueles que não tem renda, ou seja, para os não-incluídos nessa sociedade de consumidores.

A idéia de querer ainda, fazer políticas nacionais, industriais e de trabalho, que contemplem a desigualdade entre os indivíduos ou a desigualdade entre regiões é um desestímulo, e mais que isso, é um fardo que os países têm de carregar tornando suas economias muito menos competitivas para disputar no mercado globalizado.

O melhor seria fazer ao contrário, ao invés de gastar tempo, esforço, dinheiro com políticas de compensação para distribuir de

uma maneira mais eqüitativa a riqueza entre indivíduos, deveria concentrar os pólos dinâmicos dessa economia, de maneira a potenciar mais o dinamismo, a produtividade e a competitividade para que esses núcleos possam gerar muito mais riqueza, bens e serviços, favorecendo aqueles que estão digamos, nas fimbrias, nos interstícios dessa sociedade de consumo.

Como é possível pensar num modelo de desenvolvimento econômico ou social que não leve em consideração o Estado ou a Nação? Como se fosse possível prescindir dessas políticas e desses gestores, para levar a frente um plano de desenvolvimento. Porém parece ser essa a tendência: não se ajustar mais os Estados Nação, nem as políticas redistributivas.

Esse é um grande problema, pois na medida em que o Estado nação perde esse papel, a unidade desse movimento, as políticas redistributivas deixam de ter qualquer importância na perspectiva de um projeto nacional que contemple o território, as regiões, as cidades e sobretudo para combater as desigualdades sociais.

Esse fato tornou-se uma espécie de arcaísmo. As pessoas não querem falar sobre essas questões, isto inibe os investidores. Fala-se de políticas industriais como se fossem políticas de proteção à indústria nacional, considerada pouco competitiva, ruim, atrasada, deficiente etc. Fala-se de políticas proativas quando se quer tratar das políticas industriais. Se bem que, ultimamente, tomaram medidas de proteção no setor têxtil, brinquedos, auto-peças e etc., contudo existem contradições.

Esse processo não é unilinear, não é um movimento de mão única, que vai passando por cima de tudo, não é assim. Existem contradições, aqui no Brasil, há contradições inclusive no Ministério do Governo Federal.

Se bem que, a linha de ação predominante ainda seja a do ajustamento passivo, da âncora cambial, da estabilização em detrimento da agricultura, da indústria e dos demais setores.

Não se sabe até quando vai se administrar efetivamente os déficit das contas públicas, da balança comercial e do desemprego. Mas, enfim é uma opção do governo com receio de provocar uma manifestação de desconfiança por parte dos investidores que possa vir a provocar abalo ainda maior na bolsa de valores.

Na globalização, não só existem aspectos positivos, mas também fatores negativos. Temos que tomar cuidado para não haver uma crise cambial, e não sermos vítimas do "estouro da boiada". Isto seria uma tragédia para o Presidente da República que está ocupado com a sua reeleição. Essa é a dose amarga que teremos de engolir até a eleição, como acontece na Argentina, com o segundo governo Menem.

Essa é uma estratégia de conciliação, principalmente se não mudar a situação internacional, taxa de juros americana, possibilidades de investimentos em outros países.

Certamente, existem fatores que são imponderáveis e que o governo não tem poder de controle, elementos externos, sobretudo num governo globalizado. Porém, há internamente um exercício de monitoramento das crises internacionais, muita discussão, as quais não temos acesso, sobre o que fazer como por exemplo, adotar medidas tópicas, pequenas mudanças para ir ajustando lentamente o câmbio.

O problema maior é o descompasso acelerado da defasagem cambial. Nesse sentido, de acordo com os governantes, a medida adotada tem sido a de alargar as bandas cambiais, de forma que seja sempre possível fazer pequenas desvalorizações, quase imperceptíveis, para que a médio e a longo prazo as exportações reajam.

Entretanto, para a resolução desse problema é preciso que ocorra o retorno do crescimento econômico, o aumento da produtividade e sobretudo o dinamismo nas exportações brasileiras, sem isso não haverá salvação.

A expectativa de que a privatização irá gerar concretamente oportunidades de investimentos na faixa de 90 bilhões, não se dará, caso não se tenha posteriormente um processo continuado do crescimento econômico sustentável.

Se privatizar tudo, haverá uma desregulamentação na economia, e, ela só reagirá com a diminuição da taxa de juros, estimulando as exportações, vendendo mais do que recebendo dólares.

Além disso, outra medida que o governo não adota, seria o ajuste fiscal. Haja vista, que o problema do debilitamento das contas públicas é o de gastar sem receber. Gasta-se cada vez mais, a despeito do discurso de austeridade. As despesas com viagens, a ajuda dada aos bancos privados (aumento em 50% a dívida), a sonegação fiscal tem agravado ainda mais o montante da dívida.

O que se fala é que a equipe econômica do governo através das microdesvalorizações vai pagando as dívidas externas, mas ainda temos o setor das telecomunicações e eletricidade a privatizar. Ou seja, a reserva cambial do país até agora é bastante considerável. O medo é depois da eleição, vide o exemplo de alguns países asiáticos, muito embora, ao contrário do Brasil, eles tenham capacidade de tomar medidas preventivas de beneficiar-se com as coisas que estão acontecendo no mundo.

Outra característica de conseqüência bastante séria na perspectiva da organização do espaço, seja nacional, estadual ou municipal diz respeito à desvalorização do trabalho, enquanto elemento criador de riquezas.

Até então, o Estado era voltado um pouco para reposição da força do trabalho, as políticas de certa maneira eram dirigidas nesse sentido, tudo que vinha, por exemplo, da educação e saúde eram salários indiretos.

No entanto, a partir do momento que se passa a ter um modo de circulação de riqueza que não se fixa na valorização do trabalho, vai criando-se uma exclusão, uma desinserção social, passa-se a criar guetos, dualizações na sociedade, formando um caldo de cultura muito favorável a todo tipo de movimento fundamentalista, movimentos que são de um irracionalismo fora do comum, profundamente autoritários, comprometendo inclusive o próprio regime democrático.

A sociedade brasileira tem 30 milhões de pessoas excluídas. Não pode haver legitimidade no contrato social dessa sociedade; ninguém pode, a não ser que essa pessoa esqueça, feche os olhos totalmente, ao que se passa em torno de si e viva em outro mundo, achando que não tem nada que ver uma coisa com a outra, mas é impossível que cada cidadão não se sinta minimamente responsável ou cúmplice até pela omissão do que se passa com cada um de nós. Afinal de contas, um bilhão desempregados não é mil desempregados, são muitos desempregados, carregando com eles todas as seqüelas que o desemprego traz.

Este é o passivo que a globalização está deixando, juntamente com o déficit fiscal que os governos ainda não sabem como enfrentar. Parece que o desemprego nessa nova ordem veio para ficar na medida em que esse padrão baseia-se na prescindibilidade do trabalho e não apenas na qualificação, mas sobretudo na extinção dos postos de trabalho. Evidentemente, é preciso qualificar, melhorar a mão-de-obra, contudo, isso é uma medida paliativa, não é resposta para a crise de emprego.

Certamente, os governantes, as agências serão forçados a encontrar uma alternativa para esse problema, nem que seja a redução da jornada de trabalho, de forma que as pessoas possam trabalhar menos para trabalhar mais, de acordo com o grande conselho do governo socialista francês.

Por outro lado, terá também que aumentar a carga tributária das empresas, para poder proteger as vítimas desse desemprego. Não há outra saída.

Criar alternativas econômicas, promovendo espaços para os micro-empresário, os artesãos, os trabalhadores do mundo da cultura, as atividades ligadas ao turismo, as empresas de saúde e ONGS que têm se tornado também um setor, onde se absorve muita mão-de-obra, inclusive, aquelas que cuidam dos desempregados, curiosamente, através de fundos públicos internos ou externos. Enfim, de uma certa maneira, os governantes serão obrigados a enfrentar esse desafio do desemprego.

A questão da globalização passa a ser um processo extremamente real e não mais a trajetória de alguns grupos cuja, visão era de que nós íamos nos contrapor ao movimento da globalização, uma concepção imatura, imaginar que qualquer Estado Nacional pudesse se colocar fora desse processo. Porém, parece ser muito pouco discutido, a forma pela qual vamos nos inserir nesse movimento, tanto dentro do poder público como nas organizações não governamentais. A principal constatação é que ela se completa com a descentralização.

Tanto os espaços dos Estados da Federação, como o das cidades, são subprodutos da reorganização territorial provocada pela globalização dos Estados, à medida que eles deixam de ser unidades de um pacto federativo maior, com redes de solidariedade entre si e identidade cultural única, para se tornarem realmente enclaves, solto

pelo mundo e atrelados a um mercado. Os Estados começam a se tornar realmente fragmentos dessa unidade maior que é o Estado-Nação.

O que assistimos hoje, é aquilo que se chama de guerra fiscal, uma espécie de *striptease* tributário, que os estados vêm fazendo, visando a sua viabilidade econômica às custas das redes de solidariedade mútuas e também da própria identidade cultural. Cada um aparece para oferecer mais vantagens, mais benefícios, mais privilégios aos "potenciais investidores".

Vimos, há pouco tempo, alguns processos movidos pelo Ministério Público contra governos que, inclusive, ferindo a Constituição Estadual, pagaram as empresas montadoras, para se instalarem em seus territórios, o Rio Grande do Sul, o Paraná e Minas Gerais. Essa política hobbesiana de absoluta concorrência e competição entre as unidades da Federação tem destruído toda e qualquer possibilidade de um projeto integrado de política regional.

Qualquer tentativa, nessa direção, implicaria efetivamente, uma rearrumação do pacto federativo, uma desconcentração tributária, um fortalecimento na autonomia dos Estados.

Nunca os estados da Federação estiveram tão debilitados e tão frágeis. Assim sendo, a palavra descentralização precisa realmente passar por uma depuração semântica. O que ela significa no contexto de uma federação destruída, onde os governos enfrentam um processo de ingovernabilidade fiscal, que é a base da crise política em decorrência da ausência de recursos para a administração, tendo agora, a militar, em função da crise de segurança que toma conta do país como um todo?

A palavra *descentralização* tem sido soletrada como uma panacéia para enfrentar realmente a crise do Estado e da sociedade,

efetivamente ela só tem um significado, deixar cada Estado entregue a sua própria sorte e livre para resolver sua crise.

Não existe mais um governo que tenha responsabilidades constitucionais em manter o corpo político da federação, inclusive através de políticas regionais, que vão desconcentrando riquezas, os investimentos, a circulação de bens, etc. Não tem isso, os Estados estão de fato entregues a sua própria sorte sob a alegação de um movimento de descentralização, que curiosamente se dá com a reconcentração da capacidade contributiva pela União, compreendido até na prorrogação do FEF.

Sem dúvida, é muito contraditório falar em descentralizar, no momento em que as unidades federativas estão caindo em pedaços, literalmente arruinadas.

Segundo Emerson Capaz, secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e um dos dirigentes do pensamento de base empresarial, num artigo da Folha de São Paulo, os estados estão hoje praticando no Brasil um Robin hodismo às avessas, tirando dos pobres para dar aos ricos.

Essa é a verdade, porque cada estado que oferece receitas com a finalidade de viabilizar investimentos, está realmente imprimindo à sociedade um modelo perverso de desenvolvimento, que se instala na ausência de um projeto nacional que procure equilibrar equitativamente as desigualdades entre regiões e cidades. Conseqüentemente, cada um age por debaixo do pano, oferecendo o que tem e aquilo que não possui.

Cada estado da Federação agora resolveu fazer seu "book", assim como fazem as candidatas à manequim, eles oferecem às missões comerciais estrangeiras o clima, as praias, a população, a mão-de-obra, o gás, a infra-estrutura, o dinheiro, as receitas e etc.

Enfim, esse é o padrão de desenvolvimento no qual a descentralização tem que se inserir.

Portanto "*cada um por si e Deus por todos*", não há verdadeiramente compromisso e nem responsabilidade, todos copiam o mesmo modelo como exemplo, podemos citar Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e outros que vão tentando trilhar o mesmo caminho do Rio Grande do Sul. Aquele que mais praticar o Robin hodismo às avessas será campeão desse padrão de desenvolvimento regional. Esse comportamento não se limita apenas ao estado, sendo incorporado também pelos municípios; o mais grave é que essa atitude vem em cadeia.

A destruição das redes de solidariedade começam do topo. O Estado-Nação, na ausência de um projeto nacional desagregando-se através dos estados, que por sua vez também começam a se desagregar como unidade cultural ou mesmo do ponto de vista, de uma sociedade mais ampla, o que termina rebatendo no local.

Quanto mais falecem as políticas públicas de caráter mais universalista, incluem-se aí as urbanas e as regionais, mas se estimula a autonomia. Sem dúvida, é muito conveniente, incitar a autonomia local, a criatividade, a inventividade, a heterodoxia da localidade, pois não há regras nem parâmetros, os gestores estão com as mãos livres para estabelecerem as parcerias, os acordos que quiserem com vistas a se viabilizarem.

Naturalmente, o governante eleito tem compromissos que deseja cumprir como gestor, e aí o céu é o limite das práticas urbanas inovadoras porque não há parâmetros. Mas quais serão esses parâmetros? São modelos de sociabilidade ainda ligados com a Nação, a religião e/ou a classe social?

As redes de solidariedade estão destruídas, o que faz a Nação e o que constrói a identidade regional é o mesmo entre os municípios

e isso está acabado. Então, o que pode ocorrer a partir dos escombros desse modelo? É a construção de uma nova sociabilidade, de uma cidadania emergente, de uma nova ordem de âmbito político, econômico e mundial.

É importante situar nesse momento os novos modelos de gestões no mundo atual. Eles apontam efetivamente para ampliação de espaços públicos, com os movimentos sociais atuando através dos Conselhos Setoriais, das Associações e Federações de Bairros, na formulação de políticas públicas ou no controle de fiscalização dessas políticas, através de parcerias, de contratos feitos com a sociedade civil e com as agências multilaterais, que não levam muito em consideração as prioridades sociais, sejam escolhidas ou votadas pela população.

Entramos numa espécie de linguagem comum, numa cultura política trivial onde todos procuram uniformizar as suas falas, contudo as práticas são diferenciadas.

De acordo com Tarso Genro, as continuidades que teriam levado os políticos a fazer sucessores, são administrativamente distintas. Por exemplo. Recife, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba sempre foram modelos, mas adotam formas de gestão variadas, com outras prioridades, com arranjos diferentes entre o Estado e a sociedade, com outros graus de participação; não se pode nivelar e dizer há um único modelo de gestão.

Na verdade, vivemos um momento no qual está havendo a falência de um determinado modelo de gestão, sem ainda o surgimento de um outro, logo, são práticas administrativas diversificadas entre si que não apontam para nenhum padrão propriamente dito.

Mas com certeza, a ênfase no local, no municipal se explica em decorrência da crise desse modelo de sociabilidade e de política. É

necessário entender que ou estamos realmente no limiar de outro tipo de Estado, sociedade e cidadania, ou então ficaremos nos movendo num empirismo cego e compilando exemplos de gestões, como se isso por si só nos levasse a entender o rumo do processo desse final do século.

Como já disse anteriormente, a retomada do poder local ocorre no bojo de uma crise aguda, onde provavelmente a cidade do futuro não será a dos trabalhadores, nem os espaços públicos de atuação da cidadania serão os mesmos, conseqüentemente o próprio conceito de cidadania e os direitos do cidadão serão revisados.

Outros direitos serão contratados, compreendidos aqui como direitos republicanos, que corresponderá a esse perfil de cidadão e a uma nova prática de se fazer política cuja prioridade seriam o cuidado com o meio ambiente, o combate a sonegação fiscal, a corrupção e ao nepotismo, caracterizando assim a cidadania do século XXI.

Os cidadãos estarão preocupados com o bem público, com a república sobretudo, o que significa estarem atentos em relação ao patrimônio público. Provavelmente, teremos um formato de cidade bastante diferente desta do século XX.

A grande novidade nesta discussão é a construção de uma esfera pública apropriada, diferenciada, mais rica, com mais espaço de participação que poderá provocar uma grande mudança nas políticas públicas e na ação do Estado.

Provavelmente, essa construção irá demandar um imenso esforço para se obter uma outra postura política e outro tipo de cidadania, na expectativa dos direitos republicanos, do patrimônio público, da moralidade administrativa, do meio ambiente e etc. O novo cidadão precisa ser recriado, reeducado para ocupar esse espaço, até mesmo em conseqüência do comportamento dos próprios

gestores, que tendem a sobrecarregar, manipular e utilizar esse ambiente de participação para outros fins.

Outro dia, estava lendo um artigo do Helenaldo Teixeira, professor da UFBA, na revista da ABONG, onde ele fazia uma análise muito sensata sobre a questão da descentralização centralizada. Neste sentido, podemos observar que atualmente criam-se conselhos com a finalidade de receber determinados recursos, sejam eles estaduais ou federais. Muitos deles são fundados sem a menor discussão, sem debate, os conselheiros são indicados e sequer sabem as suas competências.

Evidentemente, é como diz Lúcia Pontes, Presidente do Centro Josué de Castro, estamos diante da emergência de uma esfera pública diferenciada, rica inclusive. Entretanto, o cidadão e até mesmo os gestores que irão ocupá-la não estão bem preparados para ela.

Por conseguinte, a cultura política desses gestores também precisa mudar, eles estão acostumados com a centralização, com a política da trocas de favores.

Por outro lado, os conselhos convalidam muitas vezes a administração municipal. Como diz Salvador Soler, em seu livro: *Administrações do Povo e Para o Povo*, os conselhos tornaram-se o lugar de metodologias de formação do consenso em torno de políticas que a sociedade não tem muita clareza pelo que seja efetivamente. Realmente os Conselhos perdem essa função de se tornarem o espaço de uma nova cidadania, de um cidadão com a consciência republicana.

Não queremos que os Conselhos sejam palcos figurativos ou cenários para uma encenação de uma democracia participativa com efeitos televisivos. Desejamos realmente que os canais emergentes de participação sejam sinônimos do dissenso, conflito, luta por direitos e

que não levem a uma fragmentação do campo público, de forma que não perca o desenho mais amplo da gestão, o mapa das prioridades, o orçamento, etc.

Pois esse é um outro grande risco, são tantos Conselhos no mundo, tantas competências, delegações, que depois como é que esse cidadão tão fragmentado setorialmente vai se recompor, pensar a cidade na sua totalidade. É preciso ter um momento em que verdadeiramente essa articulação ocorra, seja nos fóruns ou em plenárias, para que possam corrigir essa fragmentação e o risco da corporativização. Caso contrário, os Conselhos podem não levar à formação de uma nova cidadania, mas a uma corportativização tendo em vista a inquietação apenas com sua localidade, seu bairro, seu território sem ter a visão de totalidade da cidade.

A confluência da criação desses espaços dependerá do compasso da aprendizagem da sociedade, não tem tempo marcado, nem calendário fixo, fica muito ao sabor das lutas, da correlação de forças, principalmente da relação estabelecida pelo país com o resto do mundo.

Outrossim, tem ocorrido uma contratendência no mundo, se pegarmos por exemplo, as eleições na França, na Inglaterra, no México, o Movimento Sem Terra ou até mesmo a greve da polícia no Brasil, veremos que esses fenômenos embora bastante preocupantes expressam uma reação da sociedade contra os diversos níveis de empobrecimento e da degradação.

Estamos assistindo a um movimento que não é unilinear, não vai unicamente em uma direção, mas possui contratendências no mundo, buscando com isso ampliar a esfera pública e o aprendizado da sociedade em utilizar esses mais recentes espaços. As pessoas estão discutindo, procurando encaminhar os seus direitos.

Enfim, é preciso ver se esses fatores cristalizam uma mudança em todo o universo, pois o mesmo está carente de um

projeto mais amplo de transformações civilizatórias, hoje ele está um pouco à deriva.

É importante que o somatório das experiências tendam efetivamente para elaboração de modelos civilizatórios, porque por mais genuínas, que sejam as experiências locais, elas são carentes de utopias sociais mais abrangentes e mais conclusivas e não podemos ficar inteiramente órfãos dos padrões referenciais. É preciso uma reutopização, digamos assim, do pensamento político e social para que possamos manter uma referência.

Isso evitará que se diga que não existe mais direita nem esquerda, que se pode dizer e fazer o que quiser, pensar como desejar, ficamos assim numa indiferenciação enorme, como se fosse o fim da política.

É como diz Tasso Genro: ... que conversa é essa que acabou a política, a ideologia; de jeito nenhum. A política é o campo da escolha, das opções e esta envolve naturalmente uma escala de valores, uma visão.

Acredito que o mundo está carente da sistematização de grandes visões que possam de fato alavancar experiências vivenciadas. Não podemos crer que o poder local seja a nova utopia do século XXI, pois essa é expressão ambígua.

Desde o início da República que se fala em poder local, mas ainda não conseguimos saber na verdade o seu significado. Porém, não é essa expressão ambígua que pode servir para nos acalantar nessa nossa orfandade de grandes utopias. É um poder sobretudo muito complicado.

Por fim, gostaria de fazer uma observação sobre a relação de concorrência entre os parceiros federados, ou seja, do Estado ou do Município, tomando como exemplo o setor saúde. Os municípios

brigam entre si por recursos, apresentando seu sistema como bem melhor do que o dos outros, entretanto não permitem que o cidadão de outra localidade receba os serviços que estão sendo ofertados com mais qualidade.

A mesma coisa acontece com o sistema financeiro internacional, quando impõe ao país, certas condições como exigência para obter um determinado financiamento. Então, repassa-se o dinheiro para o governo federal, estabelecendo regras, que têm de ser cumpridas, provocando com isso a privatização, uma avalanche de concessões oferecidas ao serviço público.

Até mesmo a União através do Fundo Monetário Internacional – FMI – tem adotado essas práticas, exigindo por exemplo que o Estado destrua o seu sistema financeiro, seu sistema bancário e seu livre comprometimento da receita com o funcionalismo público. O mesmo procedimento ocorre quando este vai repassar verbas para o município, é um funcionando como o FMI do outro.

É bastante preocupante e alarmante o caminho que o Estado está tomando. Ele tinha algumas funções preponderantes que atualmente estão sendo retiradas e tornando-se apenas um “gerentezinho” de crises. É bem verdade que vem ele sendo checado em suas obrigações básicas, tributo, segurança, moeda e sobretudo cuidar da população.

Portanto, um Estado que não cuida da sua população, realmente encontra-se numa crise de ingovernabilidade muito séria. E ao falar do local, do estadual ou no meio disso é preciso ter cuidado para não racionalizar uma situação que é de fato caótica.